

Trauma, subjetividade e aparelho psíquico: uma leitura histórica, épica e psicanalítica

Roberto Lima Noronha¹

Resumo

Neste artigo, abordaremos as questões do trauma e da subjetividade em psicanálise para pensar, com o Lacan do Seminário XX, a proposta teórica de um artifício de nomeação próprio a cada pessoa em sua singularidade inalienável — a partir da fórmula do inconsciente como saber-fazer com alíngua, da noção de *sinthoma* como algo da ordem da invenção e da consideração do “pai” como um artifício performativo, pragmático e singular de nomeação, capaz de adquirir o status de uma função passível de pluralização e fazer o devido enfrentamento do desamparo de origem, em nome de uma necessária maioria. Também analisaremos o modelo teórico do aparelho psíquico como “máquina de escritura” e a ideia de pulsão de morte como “mal de arquivo”, segundo a leitura filosófico-desconstrucionista que Derrida faz do Freud de *Além do princípio do prazer*. Nosso objetivo é confrontar essas duas propostas teóricas para investigar se são compatíveis com a possibilidade de uma saída épica para o sujeito, para além das possibilidades comumente dadas entre seguir sozinho no mundo — sob a égide de uma condição subjetiva de dor e angústia — e o refugiar-se no drama do apelo desesperado de proteção à figura do pai falho ou insuficiente. Faremos essa confrontação de forma introdutória — sem a intenção de esgotar o assunto — recorrendo à noção de *criatividade*, que perpassa, segundo o nosso entendimento, tanto a noção de *alíngua* em Lacan quanto a proposta da *différance* na escritura derridiana, instauradoras de um modelo de linguagem que tende a escapar aos cânones estruturalistas.

Palavras-chave: Trauma. Subjetividade. Pulsão. Alíngua. Escritura.

¹ Psicólogo clínico. Doutor e mestre em Teoria Psicanalítica pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGTP-IP-UFRJ, orientado pelo prof. Dr. Joel Birman). Graduado em Psicologia pela UFRJ. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-2284-0806> E-mail: rnoronha2011@gmail.com com Instagram: @psi.robno

Introdução: com Freud e Derrida

Sigmund Freud inicia sua pesquisa psicanalítica (fim do século XIX) por um desvio de interesse científico da neurologia para a psicologia a partir de suas experiências no Hôpital de la Pitié-Salpêtrière, acompanhando os trabalhos de Jean-Martin-Charcot, conforme observa o editor inglês James Strachey em *Relatório sobre meus estudos em Paris e Berlim*: “Quando chegou a Paris, seu ‘tema de eleição’ era a anatomia do sistema nervoso; ao partir, sua mente estava povoada com os problemas da histeria e do hipnotismo. Dera as costas à neurologia e se voltava para a psicopatologia” (Freud, 1886/1996, p. 38).

Freud então formula sua *teoria da sedução*, que reconhecia um trauma de ordem sexual e factual na origem dos processos psiconeuróticos. Convém destacar que isso se deu em função da similaridade de alguns sintomas histéricos (observados em sua clínica) com aqueles resultantes dos acidentes ferroviários frequentes naquele período histórico², descritos pelo psiquiatra alemão Hermann Oppenheim como *neurose traumática*³.

Afirmando a etiologia traumática da histeria, Freud (1893/1996) enuncia então uma ideia segundo a qual “transforma-se em trauma psíquico toda impressão de que o sistema nervoso tem dificuldade em abolir por meio do pensamento associativo ou da reação motora” (p. 196).

Passado um século do início do movimento psicanalítico, Laplanche e Pontalis (2001) dirão que o trauma é algo da ordem do disruptivo, que, quando pensado de um *ponto de vista econômico*, produz “um afluxo de excitações que é excessivo em relação à tolerância do sujeito e à sua capacidade de dominar e de elaborar psiquicamente estas excitações” (p. 522). Dirão também que se trata de um “acontecimento da vida do sujeito que se define pela sua intensidade, pela incapacidade em que se encontra o sujeito de reagir a ele de forma adequada, pelo transtorno e pelos efeitos patogênicos duradouros que provoca na organização psíquica” (p. 522).

Cabe lembrar a importância que a noção temporal introduzida por Freud com a expressão *Nachträglichkeit* tem para a apreensão e representação do mundo à nossa volta a partir de uma dimensão psíquica feita de traços mnêmicos e fantasmas que é potencialmente traumática e requer tempo para um trabalho de elaboração capaz de significar a vida pela via do prazer ou evitação do desprazer. Segundo Laplanche e Pontalis (2001), “Não é o vivido em geral que é remodelado a posteriori, mas antes o que, quando foi vivido, não pôde se integrar plenamente num contexto significativo. O modelo dessa vivência é o acontecimento traumatizante” (p. 34).

Portanto, como se pode concluir, o trauma é algo da ordem do imprevisível, inevitável, insuportável e disruptivo de uma experiência muito intensa produtora de dor, sendo esta (a dor) uma categoria-chave para analisarmos a situação do sujeito no contexto histórico atual, em que, nas palavras de Birman (2005), temos uma subjetividade que se caracteriza por estar no

² Pesadelos recorrentes que reproduziam o acontecimento traumático, distúrbios motores e hipersensibilidade (Birman, 2017).

³ Julgamos importante citar aqui essa categoria, dado que, após a noção de trauma desaparecer do discurso freudiano desde 1897 — quando dirá que não acredita mais na sua neurótica, formulando a teoria da fantasia e pondo em cena a noção de realidade psíquica —, a noção de trauma retornará com força e importância com o aparecimento dos inúmeros casos de neuroses de guerra, no fim da segunda década do século XX.

centro de um mal-estar produzido na ausência dolorosa de demanda ao outro, diferentemente daquele da modernidade avançada de Freud, em que “estávamos abertos, pela temporalidade, a essa alteridade que interpelávamos e, ao mesmo tempo, que nos interpelava” (p. 106).

Nessas circunstâncias, o que se passa com o vivente humano é um comprometimento da sua capacidade de pensar, raciocinar, significar e elaborar psiquicamente as experiências de excesso que traumatizam, cujo correlato é um empobrecimento da linguagem e do seu poder de simbolização. Com isso, ficamos como que presos a um eterno presente, numa espécie de espacialização do psíquico e sem perspectivas com relação ao futuro (Birman, 2005).

Da modernidade à atualidade, algo de fundamental aconteceu nas categorias constitutivas do sujeito, redirecionando então as linhas de força do seu mal-estar . . . [Atualmente] a categoria de espaço assume uma prevalência e dominância cada vez maior na constituição da experiência subjetiva, a expensas da categoria de tempo. Com isso, não apenas é atingido o registro do desejo [com a emergência e prevalência da experiência do gozo], como também a expectativa de um futuro possível, que incide na possibilidade de remanejar as coordenadas estritas do presente. Tudo se passa como se a subjetividade acreditasse que estivesse vivendo num eterno presente, na qual a repetição deste fosse tão poderosa que não anunciasse mais qualquer possibilidade de ruptura e de descontinuidade (pp. 8-9)

Aqui podemos estabelecer uma clara diferença entre o modelo de subjetividade da modernidade avançada de Freud e aquele da nossa atualidade. O primeiro vinculado a um mal-estar fundado no sofrimento — de acordo com Birman (2005), “uma espécie de humanização da experiência da dor” (p. 106) —, em que a demanda ao outro da fala e da linguagem possibilitava e valorizava a utilização dos instrumentos técnicos e procedimentos clínicos da psicanálise, como a transferência.

O segundo diz respeito, ainda segundo Birman (2005), a um “mal-estar da dor sem alteridade” (p. 106). O que significa dizer que hoje estamos menos propensos — em tese — a demandar auxílio aos nossos pares, incluindo-se aqui o eventual apoio clínico psicanalítico, que leva tempo, requer considerável investimento financeiro e põe às claras as nossas fragilidades psíquicas e emocionais, além da necessidade de remissão e “submissão” à alteridade e “autoridade” de um *sujeito suposto saber*⁴.

Também estamos mais suscetíveis a recorrer a uma solução imediata, por exemplo, o uso de drogas lícitas (medicalização) ou ilícitas e mesmo, movidos por um forte sentimento daquilo que Freud chamou de “nostalgia do pai”, criar vínculos de alienação a um projeto político-ideológico e/ou religioso capitaneado por um “líder” carismático de ocasião.

Isso posto, consideraremos a experiência traumática como marca pregnante da vida psíquica e da subjetividade contemporânea⁵, pensando-a como situação-limite e caminho inevitável para um *outro modo de vida*, dado que a memória traumática é o agente que,

4 Elemento essencial na estrutura da transferência analítica, consoante os ensinamentos de Lacan. Diz respeito à posição clínica do(a) analista que, supostamente, teria respostas para o sofrimento do(a) analisando(a).

5 Dado o campo de uma realidade histórica e político-econômica caracterizada pela precarização dos modos de vida e melancolização da existência.

secretamente, atua no sentido de uma repetição compulsiva, até sua devida elaboração, significação e integração pessoal e social.

Para Derrida (1967/2011; 1980/2007), o discurso freudiano do ensaio de 1920 — *Além do princípio do prazer*, no qual surgirá o revolucionário conceito de *pulsão de morte* e a valiosa noção de *compulsão à repetição*, que têm estreita relação com a questão traumática — põe em cena um modelo de *pensamento do traço* e da escrita não fonética do *aparelho psíquico como máquina de escritura*, cuja lógica valoriza as marcas inscritas e transcritas desde nossas primeiras impressões do mundo até o estabelecimento de um campo de representações (pré)conscientes, que configuram o arquivo com o qual nos orientamos no tempo-espaço existenciais.

Destaca-se aqui, de acordo com Derrida (2011, como citado em Birman, 2007), a “[ideia de] escritura como forma de afirmação da vida”⁶ (p. 297) e contrária à prevalência de um sistema de pensamento propriamente metafísico e logocêntrico, que daria sustentação a uma filosofia da presença e destaque à tradição da voz e da fala que instaura uma tradição fenomenológica, “enunciando a presença imediata do ser na consciência, que constituiria, assim, o sujeito propriamente dito” (Birman, 2007, p. 277).

Derrida também fará críticas a Freud, no que diz respeito aos seus conceitos metapsicológicos do período anterior a 1920, afirmando tratar-se de formulações que pagam tributo ao pensamento ocidental logocêntrico e mais afeitas a uma filosofia da presença — justamente aquilo com que o filósofo irá romper em 1967, na obra intitulada *Gramatologia* — do que do *pensamento do traço*, que seria característico do discurso freudiano de *Além do princípio do prazer*.

Como daremos privilégio às ideias do último Freud e à leitura que Derrida fará desse discurso — como sendo caracterizado pelo *pensamento do traço e da escrita não fonética* —, chamamos atenção para uma radical modalidade de *descentramento do sujeito freudiano* — *da representação para a pulsão* —, que dará sustentação à proposição derridiana do aparelho psíquico como máquina de escritura, operada pela pulsão de morte como mal de arquivo (Derrida, 2001).

A ideia do aparelho psíquico como máquina de escritura — representada no modelo do brinquedo infantil em *Nota sobre o “bloco mágico”* (Freud, 1925/2011) — também corrobora, segundo Birman (2007), “a problemática da morte como fundamento do psiquismo e da vida” (p. 296), sustentada pelo Freud moralista de *Além do princípio do prazer*.

Assim, no campo teórico-conceitual da psicanálise freudiana, a *pulsão de morte* como “mal de arquivo”⁷ (Derrida, 2001) dará sustentação ao processo de transcrição permanente de signos na rede escriturária do aparelho psíquico como máquina de escritura, promovendo

6 A escritura é anterior à fala, dirá Derrida (1967/2011), fazendo uma crítica ao imperativo logofonocêntrico e pondo em destaque as marcas e traços que nos constituem desde a infância, as quais serão ordenadas por um campo fantasmático próprio.

7 Expressão usada por Derrida para problematizar a natureza e a função do arquivo — em sua relação com a história —, com base na psicanálise freudiana da viragem teórica de 1920. O vocábulo “mal” serve para desconstruir a ideia tradicional de arquivo como algo fechado, que sufoca e mortifica a possibilidade de continuidade da vida, impossibilitando a emergência do acontecimento — no sentido foucaultiano do termo.

assim a diferença (*différance*⁸, segundo o neologismo francês criado por Derrida) e o diferir (*différer*) capazes de *desviar, adiar ou retardar a vida como carta postal* (Derrida, 2007) *endereçada à morte*, num permanente ciclo de *repetição diferencial*.

Em contrapartida, as moções pulsionais de vida, naturalmente erógenas e agregadoras, dirigem-se para a multiplicação e continuidade da espécie e o estabelecimento de unidades cada vez maiores, retardando assim, de forma paradoxal, o objetivo da vida, que é a morte por meios próprios (Freud, 1920/2010).

Mas esse retardamento ocorre exatamente por ação das silenciosas moções pulsionais de morte que, quando lidas pela chave derridiana do mal de arquivo — no contexto do aparelho psíquico como máquina de escritura —, acabam por criar as condições de possibilidades para o domínio daquela situação traumática — inesperada, incompreensível e dolorosa — por um processo de reelaboração significativa colocado em curso entre os campos da percepção e da consciência.

Isso agrega positividade tanto à pulsão de morte — habitualmente lida como pulsão de agressão ou destruição, a partir de um processo de desfusão pulsional em relação a Eros — quanto à experiência traumática propriamente dita, por ação de uma força exógena ao aparelho psíquico que cria as condições de possibilidade à adaptação e sobrevivência do organismo, impondo como trabalho ao psiquismo, de acordo com Freud (1920/2010), “reter como fonte interna de prazer a mudança imposta” (p. 209).

Trauma, angústia e desamparo

O tempo e o lugar do traumático — originário e permanente — é o de um acontecimento potencialmente disruptivo que quebra uma continuidade identificatória e inaugura uma descontinuidade causadora de angústia, considerada nos termos estabelecidos pelo Freud de *Inibição, sintoma e angústia* (1926/2014), em que duas possibilidades surgem para a operação de defesa do sujeito.

Por um lado, uma saída pelo recurso ao *signal de angústia* como mecanismo de proteção, dada a *insuficiência do pai* que emerge com o doloroso contexto de vida instaurado desde a Primeira Grande Guerra⁹ e, por outro lado, o inevitável de uma “perda de si” em função de uma modalidade outra de *angústia, real ou traumática*. Nesse último caso, o sujeito é preso em uma cena de dor inenarrável — para os fins de elaboração e significação a que se destina a prática psicanalítica — e fica suspenso em um tempo-espaço no qual a vida perde sentido e os procedimentos usuais de representação psíquica entram em colapso.

Com a participação do sistema *Percepção-consciência* e mediante as sensações de prazer e desprazer que chegam de todas as direções, o aparelho psíquico, sob o comando do

8 Grafado com **a**, para indicar que aqueles signos são o resultado de um vir a ser espaço-suplemento e de uma diferença pura e original.

9 Aqui, a noção do *desamparo* freudiano faz pensar no declínio dos ideais de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* da Revolução Francesa e no comprometimento da razão científica iluminista. A I Grande Guerra foi um *acontecimento* — no sentido foucaultiano do termo — profundamente *traumático* que rompeu com as garantias de ordenamento social, instauradas justamente pela racionalidade moderna.

princípio do prazer, não se esquia de operar segundo um modo de funcionamento distinto do convencional, *convertendo a sensação de desprazer em um sinal de perigo* (o *sinal de angústia*), com um mesmo mecanismo de defesa para ambas as modalidades de risco iminente — externo ou interno — e com o recalque equivalendo, nesse caso, a uma tentativa de fuga pela retirada de investimentos da percepção de perigo (Freud, 1926/2014).

O que está sendo delineado com essa exposição teórica é algo que emerge a partir de uma falha no mecanismo de defesa do Eu contra os excessos de estímulos que inundam o aparelho psíquico, possibilitando, com o advento dessa experiência desagradável e dolorosa, a organização de um dispositivo de alerta para futuras situações do gênero. Esse dispositivo é capaz de admitir a sensação de desprazer — em uma escala suportável para o Eu — como algo da ordem de um sinal indicador de perigo — que não é infalível, todavia.

Diante desse quadro, torna-se evidente a *insuficiência do pai* — real ou nominal — como agente de proteção, assim como a *situação de desamparo* a que estamos todos sujeitos como consequência daquela insuficiência protetiva. Essa inevitável, implacável e dolorosa condição joga por terra a ideia de um pai que protege, de uma lei que regula e de um governo político capaz de promover e manter, de forma consistente e permanente, a ordem, a paz e o bem-estar individual e coletivo. O que impõe a necessidade, consoante Birman (2003), de se “reconhecer plenamente nossa condição básica da insuficiência” (p. 108) e procurar um modelo de produção de subjetividade e regulação/relação social que assuma essa condição primária de impotência, compensando ou superando seus efeitos deletérios da melhor forma possível.

Quando afirma o masoquismo como primário em *O problema econômico do masoquismo* (1924/2011), Freud o classifica como erógeno, moral ou feminino. E valendo-se dessa nova proposição, Birman (2003) sustentará que as modalidades moral e feminina de masoquismo — contrariamente à erógena — têm correspondência com os modos de subjetivação próprios da vida social contemporânea e levam a uma espécie de apagamento ou rejeição daquela condição de desamparo original, instituindo-se com isso uma defesa dramática contra tal condição adversa pela *busca desesperada por mediação e proteção*, que levam o sujeito a um *estado de subordinação ao outro* e a uma posição de degradante *servidão voluntária*.

. . . a convivência trágica com a condição desamparada se transformou na problemática fundamental da subjetividade¹⁰. Por isso mesmo, diante da dor que isso implica, o sujeito buscaria a todo custo se defender dessa condição, denegando-a, recusando-a . . . Com isso, portanto, a tragicidade da condição desamparada da subjetividade, delineada no percurso final do discurso freudiano, se transformou em drama, pelo apelo desesperado de proteção que passa a ser feito pelo sujeito à figura do pai falho e faltante, que se inscreve no psiquismo pelos registros do pai ideal e do supereu. É nessa perspectiva teórica que se deve interpretar a afirmação recorrente de Freud de que na neurose existiria sempre [subentendida] a “nostalgia do pai” (Birman, 2003, p. 106).

10 Lembremos que aqui se trata da modernidade avançada do período em que Freud retomou a noção de trauma e propôs, em um ensaio de 1926, a categoria da *angústia sinal* como mecanismo de defesa contra a insuficiência protetiva do pai.

A questão aqui parece ser a de uma escolha entre a dificuldade ou mesmo impossibilidade de seguir sozinho no mundo, sob a égide de uma subjetividade tomada de angústia, em função da trágica e desamparada condição real da existência — traumática por excelência — ou, por outro lado, refugiar-se no drama do apelo desesperado de proteção à figura do pai falho ou insuficiente e seus possíveis substitutos/representantes, como se pode ver no Freud de 1921 de *Psicologia das massas e análise do eu*. Mas há uma terceira via, acreditamos: a de uma saída épica, na qual a figura do pai adquire o status de uma função passível de pluralização, sem hierarquias de qualquer espécie.

Trauma, escritura e recursos de nomeação

Não surpreende o fato de Derrida (1980/2007) reconhecer em *Além do princípio do prazer* (Freud, 1920/2010) o *pensamento do traço*, se tomarmos como exemplo de escritura¹¹ a linguagem dos sonhos, que, em seu conteúdo latente, enuncia aquilo que o próprio Freud designou de *pensamento onírico*. O que queremos dizer com isso é que desde *A interpretação dos sonhos* (1900/2019) e mesmo antes, na *Carta 52* de 1896, já se delineavam as noções de *impressão* (ou percepção sem retenção de traços), *inscrição* (desde um primeiro registro mnêmico) e *transcrição* permanente de *signos* em diferentes camadas do aparelho psíquico representado no esquema que Freud propõe para o sistema *Pcpt-cs* (percepção-consciência), na vigência de sua primeira tópica.

Nesse contexto, a concepção freudiana de aparelho psíquico — considerado então como *aparelho de memória* e sujeito a reordenamentos segundo novas articulações que configuram um processo permanente de transcrições — passa de uma formulação neurológica, estabelecida pelo *Projeto para uma psicologia científica* (1895), para uma formulação gráfica do psiquismo, com o traço convertendo-se em escritura.

Ou seja, desde os primórdios da psicanálise, ainda na prevalência de um modelo neurológico do aparelho psíquico, podemos notar que a *memória* e o *arquivo*¹² são noções que fundamentam o psiquismo, mas também que o *traço*, como *memória*, não é algo recuperável como presença simples, mas a *diferença indiscernível* entre os *diferentes arranjos* das *Bahnungen*, os chamados *trilhamentos* ou *facilitações*.

Freud, em seu *Projeto para uma psicologia científica*, dirá que a memória é o resultado da operação diferencial entre os trilhamentos ou facilitações dos neurônios “psi”, tratando-se aqui, segundo Derrida (1967/2011), de uma *diferença pura*, relacionada a um *período* de excitação. É também o que sustenta Garcia-Roza (1991), quando se refere a uma “temporalidade [que]

11 Todas as modalidades de escritas não fonéticas, como os ideogramas chineses e os hieróglifos egípcios. É interessante também pensar na etimologia da palavra francesa *écriture* — escritura em português —, que, para além da ideia de escrita fonética, pode ser entendida no sentido de *acte* (ato) instaurador de uma marca ou traço mnêmico em uma superfície de inscrição: um *engrama*.

12 Arquivo (do grego *arkhê*) designa tanto o *começo* (a origem) quanto o *comando*; o que significa dizer que essa palavra reúne ao mesmo tempo dois princípios: a) da *natureza* ou da *história*, onde as coisas começam, e b) da *lei*, do *ordenamento*, da *autoridade* (no sentido de *autoria*).

não é redutível à quantidade, trata-se do tempo puro, de uma temporalidade descontínua ou periódica, pura qualidade” (p. 110).

Por outro lado, o mecanismo que instaura uma compulsão à repetição na situação traumática — a fixação de uma vivência aterrorizante de dor — revela uma cena na qual o tempo não passa¹³. Essa cena adquire o status de uma espacialidade na qual a diferença pura, periódica e qualitativa do tempo não pode se realizar, fazendo fracassar a necessária (re) organização psíquica. Em outras palavras, será preciso uma mudança no registro da *repetição*, que precisará sair da condição instaurada pela fixação em uma *mesmidade*, para uma condição outra fundada no *diferencial* que, nos termos derridianos, corresponderia ao *diferir* (desviar, adiar) representado pelo neologismo *différance* — já citado — instaurador de um devir espaço-tempo.

Nesse contexto, como poderíamos pensar a noção de sujeito, uma vez que a filosofia desconstrucionista e pós-estruturalista de Derrida rompe com o domínio de um sistema de pensamento propriamente metafísico e logocêntrico que sustenta uma filosofia da presença? De imediato nos ocorre falar em *sujeito da escritura*; mas aqui é preciso muito cuidado para discernir com o devido rigor o significado dessa expressão e para não cometermos um erro de simplificação, como alerta Derrida (1967/2011):

O sujeito da escritura não existe se entendemos por isso alguma solidão soberana do escritor. O sujeito da escritura é um sistema de relações entre as camadas: do bloco mágico [referência ao ensaio freudiano de 1925], do psíquico, da sociedade, do mundo. No interior desta cena, é impossível encontrar a simplicidade pontual do sujeito clássico (p. 332).

Também podemos pensar nos termos de uma *subjetividade abismada*¹⁴ ou de uma escrita atética que não opera nem pelo método da especulação hegeliana — na forma de um círculo dialético —, nem pela hermenêutica de uma interpretação ao infinito, como sustenta Foucault em alguns escritos da década de 1950 e 1960.

Talvez por isso Derrida (1967/2011) tenha afirmado, de forma tão peremptória, algo que, se num primeiro momento pode nos surpreender, faz também, por outro lado, com que se lance um olhar para além do princípio de realidade: “. . . a escritura é a cena da história e o jogo do mundo. Não se deixa esgotar por uma simples psicologia. Aquilo que se abre ao seu tema no discurso de Freud¹⁵ faz que a psicanálise não seja uma simples psicologia nem uma simples psicanálise” (p. 334).

13 Se pensarmos na noção lacaniana do *tempo lógico*, o impacto traumático corresponderia ao *instante de “ver”*; a extensão temporal do trauma não elaborado — representado nos pesadelos repetitivos, p. ex. — seria identificada ao necessário *tempo para compreender* e à busca incessante por significado e segurança; e, por fim, aquilo que estará em falta até que se dê ao evento traumático um sentido eficaz a ser integrado ao sistema *Pcpt-cs* poderia ser nomeado como *momento de concluir*.

14 No sentido de posicionada ou configurada diante de um vazio que, em Lacan, é formulado como “*encontro faltoso do real*”, traumático.

15 Discurso da viragem teórica de 1920 — implícito no ensaio *Além do princípio do prazer* — que Derrida (2007) lê como sendo produzido por uma modalidade de *pensamento do traço*, pensamento esse que já se encontrava presente na obra inaugural da psicanálise (*Die Traumdeutung*) com o nome de *pensamento onírico* ou sonho latente, pictografado no inconsciente.

A afirmação de que a psicanálise não seja uma simples psicologia não nos impressiona: conhecemos bem a diferença. Mas considerá-la algo simplista não soa convincente e pode ser motivo de incômodo. Contudo, se olharmos mais de perto e considerarmos que Derrida não poupa críticas à metapsicologia freudiana dos primeiros tempos, que, segundo ele, paga tributo ao modelo clássico do pensamento ocidental metafísico e logocêntrico — estabelecendo uma diferença com as reformulações ocorridas com a viragem teórica de 1920 e a instauração de um discurso fundado no pensamento do traço —, podemos extrair disso algumas consequências daquela afirmação surpreendente.

Derrida parece afirmar que a psicanálise proposta por Freud a partir das reformulações teóricas de 1920 é tributária de um *modelo de pensamento* e *instrumento de análise* capaz de dar conta de questões que estão na origem de nossas relações com a realidade da existência, sem subterfúgios. O subterfúgio aqui talvez possa ser pensado e considerado como apego a determinadas estruturas totalizantes que, a rigor, tendem a não resistir aos impactos imprevisíveis, surpreendentes e disruptivos — ou seja, traumáticos — da vida como ela é, em sua realidade nua e crua.

Uma psicanálise pensada a partir de um modelo de aparelho psíquico como máquina de escritura, em que a pulsão de morte, silenciosa em sua desconstrução, operando como mal de arquivo, adquire positividade, possibilitando e promovendo novas ligações/significações pela (re)transcrição permanente de signos ao longo do sistema percepção-consciência (*Pcpt-cs*).

Mas como pensar a prática psicanalítica e seus procedimentos técnico-terapêuticos — que atuam na transferência e valorizam a regra fundamental da livre associação, por parte do(a) analisando(a), e da atenção flutuante, por parte do(a) analista(a) — nesse contexto de escritura? Como sustentar o procedimento da *cura pela palavra* (Freud) e a importância do *campo da fala e da linguagem* (Lacan) diante do privilégio concedido à escrita não fonética na proposição de Derrida?

Na tentativa de responder a essas perguntas, recorreremos aos ensinamentos de Lacan — que nos parecem pertinentes ao assunto e dizem respeito a duas noções: *lalangue* e *sinthoma* — que emergem na reta final de sua obra e podem indicar uma saída possível para toda aquela problemática, além de propor uma leitura e um encaminhamento — acreditamos — para a questão que envolve a ideia de um declínio da figura do pai e sua insuficiência protetiva, no contexto de nossa atualidade sócio-histórica.

No Seminário XX (1972-1973), intitulado *Mais, ainda* (*Encore*, no original francês), Lacan (1972-1973/1985), que antes havia pensado um inconsciente estruturado como linguagem, passa a enunciá-lo como um *saber-fazer*¹⁶ com *alíngua*¹⁷, um *saber-fazer próprio* com as impressões sensíveis que os encontros com o outro deixam em cada um de nós. Nessa abordagem do inconsciente como saber-fazer com alíngua, destaca-se uma dimensão performativa ou pragmática do sujeito, pois o que está em jogo não é mais a relação

16 Corresponde a uma habilidade ou competência adquiridas experimentalmente; capacidade para solucionar ou resolver problemas de modo prático e o conhecimento que resulta dessa capacidade; tino, tato.

17 Algo como o não-todo da linguagem poética, que busca dizer aquilo que não pode ser dito pelos meios convencionais.

estabelecida pelo *algoritmo laciano significante/significado* (desejo da mãe/nome do pai) que faz um (re)corte e nomeia a partir do universo simbólico disponível pela comunidade linguística à qual pertencemos (o tesouro dos significantes).

Lembramos que, nesse momento de sua obra, Lacan faz uso do termo *sinthoma* (em lugar de *symptôme*) para se referir a algo desse “novo” inconsciente, que diz respeito a tudo aquilo que é próprio de alíngua, tratando-se, segundo Bastos e Freire (2006), de “emissões sonoras e atos, cujo caráter significante não é evidente e cuja natureza linguageira merece ser investigada” (p. 107) ou “manifestações que não se inscrevem no âmbito social da língua, que ignoram [o modelo instituído e normalizado de] . . . comunicação e que não visam o outro [em função desse modelo]” (pp. 108–9) —, como podemos reconhecer nos casos de autismo e psicose, com suas lógicas próprias.

Convém ainda destacar que a palavra *sinthoma* serve para indicar uma *suplência*, algo que vem *suprir uma falta*, algo da ordem da *invenção*, colocando em jogo os *recursos de nomeação próprios a cada pessoa em sua singularidade inalienável e que se refere não mais ao pai como nome, mas ao pai como aquele — ou aquela — que nomeia*, sendo esse “pai” uma *função* ou um *artifício de nomeação* que cada um é capaz de forjar para si em sua singularidade inalienável, pois é suscetível de pluralização (Bastos & Freire, 2006).

Em vez de partir do campo do Outro como estrutura do significante definida pela articulação, coloca-se com alíngua a substância gozante. Não se trata mais da alteridade do grande Outro, do tesouro dos significantes . . . Trata-se do real do gozo . . . que não exclui o antigo campo da linguagem, mas o envia para um segundo tempo lógico (Bastos & Freire, 2006).

A fim de evitar possíveis confusões, é bom lembrar que encontramos dois termos em língua portuguesa — *nomeação* e *nominação* — que podem ser usados para traduzir *nomination* do francês; e que, para alguns autores, há uma distinção conceitual sutil — que adotamos neste artigo — no uso que se faz desses termos, distinção que está relacionada à função do significante e à relação do sujeito com o Nome-do-Pai.

Quanto à distinção, o termo *nominação* é usado para indicar aquilo que funda o sujeito no simbólico, adquire um lugar no laço social e se diferencia do Outro materno, uma operação que introduz a lei e circunscreve o gozo; já a *nomeação* (termo que usamos neste artigo) se refere à pluralidade de soluções, invenções e suplências que permitem ao sujeito dar um nome às coisas ou a si mesmo, especialmente diante das falhas ou da diversidade dos modos de entrada na ordem social, sendo um termo que ocorre em momentos tardios da teoria laciana e faz referência a Nomes-do Pai, no plural.

Considerações finais

É imprescindível, parece-nos, que todo empreendimento que vise à melhoria das condições de vida, pessoal e coletivamente, leve em consideração os fatores psicológicos e afetivos que nos constituem e perpassam de forma determinante, dada a natureza delicada e complexa dos nossos psiquismos e subjetividades. Sem isso, estaremos muito

provavelmente fadados ao fracasso social e civilizatório e mesmo os nossos melhores esforços e investimentos podem se revelar insuficientes ou fracassar.

Um fato incontestável é que, hoje, vivemos em um território socio-comunitário explicitamente perigoso, arriscado e violento; onde as leis sociais parecem não mais se sustentar e dar conta das limitações necessárias a uma vida partilhada e segura; onde o poder de pessoas e instituições vem fracassando fragorosamente perante aqueles(as) a quem serviriam de catalisador.

Assim, a descrença atual nos discursos presentificados pelas chamadas autoridades revela a dolorosa e *insistente presença de uma ausência*¹⁸, que a *função paterna* — como artifício de nomeação próprio a cada pessoa, em sua singularidade inalienável — precisa, necessariamente, ocupar, para que sejamos capazes de enfrentar o nosso desamparo de origem, em nome de nossa verdadeira e incontornável maioria.

Neste estudo, vimos que o trauma psíquico é um fato incontornável da vida pessoal e social e assumimos esse fato como condição de possibilidade para um programa terapêutico e subjetivo que vise a uma *saída épica* para o sujeito, saída pensada, seja pela ideia derridiana de aparelho psíquico como máquina de escritura — com a pulsão de morte operando como mal de arquivo —, seja considerando-se a fórmula lacaniana do inconsciente como saber-fazer com alíngua, a noção de *sinthoma* como algo da ordem da invenção e o “pai” como um artifício performativo, pragmático e singular de nomeação, capaz de adquirir o status de uma função passível de pluralização.

Ao confrontarmos essas duas propostas, reconhecemos uma certa compatibilidade teórica entre elas em função do caráter de *criatividade* que perpassa, segundo o nosso entendimento, tanto a noção de alíngua em Lacan quanto a proposta da *différance* derridiana, que fundamenta a sua ideia de escritura.

No que diz respeito à máquina de escritura de Derrida, a criatividade se exerce pelos efeitos produzidos no aparelho psíquico pela pulsão de morte como mal de arquivo, na medida em que, como no modelo do brinquedo infantil em *Nota sobre o “bloco mágico”* (Freud, 1925/2011), a pulsão de morte trabalha no sentido de desfazer — para refazer — as ligações produtoras de ideias ou representações, instaurando a escritura como forma de afirmação da vida pela *différance* e instituindo um descentramento radical do sujeito freudiano, da representação para a pulsão.

Quanto ao inconsciente como saber-fazer com alíngua proposto por Lacan, mais motivos encontramos para considerar a categoria da *criatividade* como um domínio próprio à dimensão subjetiva do sujeito, uma vez que o que está em jogo nesse processo é a dimensão performativa ou pragmática do sujeito, e não mais a relação estabelecida pelo *algoritmo lacaniano significante/significado* (desejo da mãe/nome do pai). O que está em jogo é também a noção de *sinthoma* que serve para indicar uma *suplência*, algo que vem *suprir uma falta*, algo da ordem da invenção a partir dos *recursos de nomeação próprios a cada*

¹⁸ Ausência que gera, naturalmente, o sentimento de que algo faz falta — a nostalgia do pai, nos termos freudianos —, e que pode levar aos extremos do apelo desesperado ou da desistência resignada (Birman, 2014), como observado, com frequência, em nossa atualidade.

pessoa em sua singularidade inalienável e que se refere não mais ao pai como nome, mas ao pai como aquele — ou aquela — que nomeia, sendo esse “pai” uma função ou um artifício de nomeação que cada um é capaz de forjar para si (Bastos & Freire, 2006).

Dessa forma, pela interseção ou diálogo entre as categorias que apresentamos — escritura, *différance*, lalangue e sinthoma —, pensamos ser possível, ao menos do ponto de vista teórico-conceitual, estabelecer critérios — o que dependerá de pesquisas futuras — que possam sustentar o procedimento clínico da *cura pela palavra* — proposto por Freud — e confirmar a importância do *campo da fala e da linguagem* — dessa feita, nos termos do último Lacan —, enviando esse campo para um segundo tempo lógico (Bastos & Freire, 2006) e estabelecendo as condições de possibilidades de uma saída subjetiva para a questão da falência da teoria edipiana em Freud e da função estruturante e singular do Nome-do-Pai (*nominação*), em Lacan.

Também concluímos que a *linguagem*, como a *criatividade*, aproxima os dois autores elencados na discussão — Derrida e Lacan —, apesar de esse último ter sido profundamente influenciado pelo estruturalismo da linguística de Saussure e da antropologia de Lévi-Strauss no início de sua pesquisa, distanciando-se, por fim, dessas influências e tornando-se uma figura de transição para o pós-estruturalismo sustentado por Derrida, como atestam a proposta do inconsciente como saber-fazer com alíngua e a noção de *sinthoma*, palavra que serve para indicar uma *suplência*, algo da ordem da *invenção*, colocando em jogo os *recursos de nomeação próprios a cada pessoa em sua singularidade inalienável e que se refere não mais ao pai como nome, mas ao pai como aquele — ou aquela — que nomeia*, como fazemos questão de insistir, dada a importância teórica dessa ideia, no ensino final de Lacan.

Acreditamos, enfim, que se tratou, neste artigo, de temáticas relevantes para promover avanços do conhecimento no campo da psicanálise e áreas afins e, dadas as limitadas conclusões apresentadas, acreditamos que novos estudos e pesquisas futuras poderão vir a reforçar a relevância dos resultados obtidos.

Referências

- Bastos, A. & Freire, A. B. (2006). Sobre o conceito de alíngua: elementos para a psicanálise aplicada ao autismo e às psicoses. In Bastos, A. (Org.), *Psicanálise hoje* (pp. 107-122). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Birman, J. (2003). Fraternidades: destinos e impasses da figura do pai na atualidade. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, 13(1), 93-114.
- Birman, J. (2005). Diagnósticos da contemporaneidade. In Junior, A. M., Kupermann, D. & Tedesco, S. (Orgs.), *Polifonias: clínica, política e criação*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Birman, J. (2007). Escritura e psicanálise: Derrida, leitor de Freud. *Natureza Humana*, 9(2), 275-298.
- Birman, J. (2014). *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Birman, J. (2017). Genealogia do trauma e formas de subjetivação na contemporaneidade. In Oliveira, C. & Müller, R. F. (Orgs.), *Subjetivações e gestão dos riscos na atualidade*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Derrida, J. (2001). *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Derrida, J. (2007). *O cartão-postal: de Sócrates a Freud e além*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 1980).
- Derrida, J. (2011). Freud e a cena da escritura. In Derrida, J. *A escritura e a diferença* (4ª ed.). São Paulo: Perspectiva. (Obra original publicada em 1967).
- Freud, S. (1996). Relatório sobre meus estudos em Paris e Berlim. In Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1886).
- Freud, S. (1996). Esboços para a “comunicação preliminar”. In Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1893).
- Freud, S. (2010). Além do princípio do prazer. In Freud, S. *Obras Completas* (Vol. 14). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1920).
- Freud, S. (2011). Nota sobre o “bloco mágico”. In Freud, S. *Obras Completas* (Vol. 16). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1925).
- Freud, S. (2011). O problema econômico do masoquismo. In Freud, S. *Obras Completas* (Vol. 16). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1924).
- Freud, S. (2014). Inibição, sintoma e angústia. In Freud, S. *Obras Completas* (Vol. 17). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1926).
- Freud, S. (2019). A interpretação dos sonhos. In Freud, S. *Obras Completas* (Vol. 4). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1900).
- Garcia-Roza, L. A. (1991). *Introdução à metapsicologia freudiana* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: mais, ainda* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1972-1973).
- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário da psicanálise* (4ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Trauma, subjectivity and the psychic apparatus: a historical, epic and psychoanalytic reading

Abstract

In this article, we will address the issues of trauma and subjectivity in psychoanalysis to consider, with Lacan in Seminar XX, the theoretical proposal of a naming device specific to each person in their inalienable singularity – based on the formula of the unconscious as know-how with *lalanguage*, the notion of *sinthome* as something of the order of invention and the consideration of the “father” as a performative, pragmatic, and singular device of naming, capable of acquiring the status of a function capable of pluralization and of adequately confronting the helplessness of origin, in the name of a necessary coming of age. We will also address the theoretical model of the psychic apparatus as a “writing machine” and the idea of the death drive as “archival evil”, according to Derrida’s philosophical-deconstructionist reading of Freud’s *Beyond the Pleasure Principle*. Our goal is to compare these two theoretical proposals to investigate whether they are compatible with the possibility of an epic way out for the subject, beyond the commonly given possibilities of going it alone in the world – under the aegis of a subjective condition of pain and anguish – and taking refuge in the drama of the desperate appeal for protection to the figure of the flawed or insufficient father. We will make this comparison in an introductory manner – without the intention of exhausting the subject – by resorting to the notion of creativity, which, according to our understanding, permeates both Lacan’s notion of *lalanguage* and Derrida’s proposal of *différance*, both of which establish a model of language that tends to escape structuralist canons.

Keywords: Trauma. Subjectivity. Drive. *Lalanguage*. Writing.

Traumatisme, subjectivité et appareil psychique: une lecture historique, épique et psychanalytique

Résumé

Dans cet article, nous aborderons les questions du traumatisme et de la subjectivité en psychanalyse afin de réfléchir, avec Lacan dans son séminaire XX, à la proposition théorique d’un artifice de dénomination propre à chaque personne dans son inaliénable singularité – à partir de la formule de l’inconscient comme savoir-faire avec *lalangue*, de la notion de *sinthème* comme quelque chose de l’ordre de l’invention et de la considération du “père” comme un artifice performatif, pragmatique et singulier de dénomination, capable d’acquérir le statut d’une fonction susceptible de pluralisation et de faire face comme il se doit au dénuement d’origine, au nom d’une majorité nécessaire. Nous aborderons également le modèle théorique de l’appareil psychique comme “machine à écrire” et

l'idée de pulsion de mort comme “mal d'archive”, selon la lecture philosophique déconstructiviste que Derrida fait de Freud dans *Au-delà du principe de plaisir*. Notre objectif est de confronter ces deux propositions théoriques afin d'étudier si elles sont compatibles avec la possibilité d'une issue épique pour le sujet, au-delà des possibilités couramment offertes entre suivre seul son chemin dans le monde – sous l'égide d'une condition subjective de douleur et d'angoisse – et se réfugier dans le drame de l'appel désespéré à la protection de la figure du père défaillant ou insuffisant. Nous ferons cette confrontation de manière introductive – sans intention d'épuiser le sujet – en recourant à la notion de créativité qui, selon notre compréhension, traverse tant la notion de *lalangue* chez Lacan que la proposition de la *différance* dans l'écriture derridienne, instigatrices d'un modèle de langage qui tend à échapper aux canons structuralistes.

Mots-clés: Traumatisme. Subjectivité. Pulsion. *Lalangue*. Écriture.

Trauma, subjetividad y aparato psíquico: una lectura histórica, épica y psicoanalítica

Resumen

En este artículo abordaremos las cuestiones del trauma y la subjetividad en psicoanálisis para pensar, con Lacan en el seminario XX, la propuesta teórica de un artificio de nombramiento propio de cada persona en su singularidad inalienable, a partir de la fórmula del inconsciente como saber hacer con el lenguaje, de la noción del *sinthoma* como algo del orden de la invención y de la consideración del “padre” como un artificio performativo, pragmático y singular de nombramiento, capaz de adquirir el estatus de una función susceptible de pluralización y hacer frente al desamparo de origen, en nombre de una necesaria mayoría de edad. También abordaremos el modelo teórico del aparato psíquico como “máquina de escritura” y la idea de la pulsión de muerte como “mal de archivo”, según la lectura filosófico-deconstructivista que Derrida hace de Freud en *Más allá del principio del placer*. Nuestro objetivo es confrontar estas dos propuestas teóricas para investigar si son compatibles con la posibilidad de una salida épica para el sujeto, más allá de las posibilidades que se le suelen ofrecer entre seguir solo en el mundo – bajo la égida de una condición subjetiva de dolor y angustia – y refugiarse en el drama de la desesperada petición de protección a la figura del padre fallido o insuficiente. Haremos esta confrontación de manera introductoria – sin la intención de agotar el tema – recurriendo a la noción de creatividad, que, según nuestro entendimiento, atraviesa tanto la noción de *lalangue* en Lacan como la propuesta de la *différance* en la escritura derridiana, instauradoras de un modelo de lenguaje que tiende a escapar a los cánones estructuralistas.

Palabras clave: Trauma. Subjetividad. Pulsión. *Lalangue*. Escritura.

Recebido em: 31/08/2025

Revisado em: 29/01/2025

Aceito em: 02/02/2026